



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1020202-10.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Cautelar Inominada - Obrigações**
 Requerente: **Condomínio Vila Verde Sabará**
 Requerido: **Daisen Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

O autor Condomínio Vila Verde Sabará propôs a presente ação contra a ré Daisen Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Trisul S.A, pedindo que sejam condenadas a instalar ramais de derivação de abastecimento de água para cada unidade, com o respectivo hidrômetro, comprovando nestes autos de forma inequívoca, antes da entrega das novas unidades.

O pedido liminar foi indeferido às folhas 31, porque não, há nos autos, documento que demonstre que as rés estão obrigadas a realizar ou custear a instalação de ramais individuais de fornecimento de água.

Agravo de Instrumento interposto às folhas 33.

A corré Daisen, em contestação de folhas 53/64, pede a improcedência da presente ação e a condenação do autor a lhe indenizar pelas despesas que foi obrigada a dispendar por conta de sua má-fé.

A corré Trisul, em contestação de folhas 93/99, pede a improcedência da presente ação.

Réplica de folhas 127/139.

É o necessário. Fundamento e decido.

Afasto a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela corré Daisen porque seu nome consta do Certificado de Conclusão (HABITE-SE), às folhas 26, na qualidade de proprietária.

Afasto a preliminar de ilegitimidade de parte suscitada pela corré Trisul porque, neste caso, integra o que se configura como "Cadeia de Fornecedores" para a realização do contrato, constituindo uma "solidariedade legal" (artigo 20 do Código de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Defesa do Consumidor) em toda a cadeia de fornecedores, organizados para servir ao consumidor” Desse modo, “Cabe ao consumidor a escolha contra quem irá reclamar”, pois “quando o caso é de serviços prestados por muitos fornecedores (unidos entre si ou não), o dever legal de qualidade é de todos” (cf. CLÁUDIA LIMA MARQUES, ANTONIO HERMAN V. BENJAMIN e BRUNO MIRAGEM 45).

Nesse sentido: Ilegitimidade 'ad causam' - Legitimidade passiva das empresas Rossi Residencial S/A., que é sócia das demais corrés, e Bétula Empreendimentos S/A., proprietária do imóvel, guardando pertinência subjetiva com o negócio jurídico objeto da ação - Demandadas pertencentes a grupo econômico, com atuação em parceria na maximização do lucro do empreendimento - Inteligência dos artigos 3º, 7º, § único, e 25, § 1º, ambos do CDC - Preliminar rejeitada” (cf. Ap. nº 0011179-02.2012.8.26.0004 - 7ª Câmara de Direito Privado TJSP - 10/02/2015 6).

A corré Daisen, em contrapartida do que alega a autora, afirma que construiu o empreendimento nos exatos termos da legislação municipal vigente, e que não há responsabilidades a lhe serem imputadas sobre a instalação de ramais de derivação de água para cada unidade porque "entregou e entregará todas as unidades individualizadas quanto ao fornecimento de água, restando somente que os adquirentes requeiram a ligação junto à concessionária de abastecimento de água e esgoto quanto da posse das unidades.

Não obstante isso, não instruiu com nenhum documento que corroborasse a veracidade do alegado.

Noutro giro, a responsabilidade das corrés pela entrega do empreendimento nos moldes do quanto requerido pelo autor está reconhecida às folhas 58, parágrafo 3º, na medida em que declaram que estão prestes a entregar a "segunda etapa com toda a estrutura para a instalação dos hidrômetros, bem como TODAS AS UNIDADES individualizadas, ou seja, prontas para receberem a instalação dos hidrômetros da derivação de ramais".

Devido ao particular supra, de rigor, consequentemente, a rejeição do pedido da corré Daisen de condenação do autor no pagamento de indenização pelas despesas que alega ter sido obrigada a dispende por conta de sua má-fé.

A corré Trisul limitou-se a alegar apenas ilegitimidade passiva, já afastada em momento oportuno.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante do exposto, acolho o pedido do autor, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar solidariamente as corrés Daisen Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Trisul S/A na instalação de ramais de derivação de abastecimento de água para cada unidade do Condomínio autor, com o respectivo hidrômetro, comprovando-as nestes autos de forma inequívoca, antes da entrega das novas unidades. Sucumbentes, condeno as corrés, solidariamente, no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% sobre o valor da causa, com atualização monetária desde a distribuição da ação e juros de mora a partir do trânsito em julgado. Oportunamente, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

São Carlos, 01 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**